

**Atualizado  
com o “Pacote  
Anticrime”**

Valber Melo  
Filipe Maia Broeto

# **COLABORAÇÃO PREMIADA**

Aspectos controvertidos

**2ª Edição**

---

**Apresentação:**

Me. Renan Posella Mandarino

**Prefácios:**

Dr. Fábio Medina Osório

Me. Marcelo Rodrigues da Silva

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2020

Copyright © 2020 by Valber Melo  
Filipe Maia Broeto

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

M528c

Melo, Valber

Colaboração premiada : aspectos controvertidos / Valber Melo, Filipe  
Maia Broeto. 2. ed. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.  
372 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 303-318.  
Atualizado com pacote anticrime.

ISBN 978-65-5510-124-9

1. Direito penal. 2. Processo penal - Brasil. 3. Colaboração premiada. 4.  
Delação premiada. I. Broeto, Filipe Maia. II. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

## Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I – Aspectos Gerais Acerca da Colaboração (Delação)	
Premiada na Lei de Organizações Criminosas .....	5
1.1 Breve histórico da colaboração premiada .....	5
1.2 Conceito de colaboração premiada e a problemática terminológica .....	10
1.3 Natureza jurídica da colaboração premiada.....	15
1.4 Dos requisitos de admissibilidade.....	19
1.5 Dos prêmios ofertados.....	24
1.5.1 Quanto à vinculação do Estado-Juiz ao acordo de colaboração premiada .....	30
1.6 Legitimados para a celebração do acordo.....	35
1.7 Tratativas ou “pacto preliminar” .....	41
1.7.1 (Im) possibilidade de retratação da proposta.....	52
1.7.2 Da possibilidade de gravação audiovisual das tratativas: argumentos favoráveis à adoção da medida e a importante alteração introduzida pela Lei nº 13.964, de 2019 – o intitulado “Pacote Anticrime” .....	54
1.8 Celebração do acordo (formalização) .....	59
1.9 A homologação do acordo e a postura do magistrado.....	60
1.10 Valor probatório da colaboração premiada e a regra da corroboração: uma alteração salutar, implementada pela Lei n.º 13.964/2019 .....	69
1.10.1 Sobre a (im) possibilidade de emprego de colaboração premiada como fundamento para decretação de medidas cautelares e recebimento de denúncia: a importância da doutrina e seu influxo no poder legiferante .....	74

1.10.2 Delação premiada cruzada (corroboração cruzada) e seu valor probatório .....	80
1.11 Direitos do colaborador .....	83
Capítulo II – Pontos Controversos após o Advento da Lei de Organizações Criminosas – Lei Federal n.º 12.850, de 2013 .....	89
2.1 A (im)possibilidade de emprego da prisão cautelar como meio de coerção para a celebração de acordo de colaboração premiada e a presunção da (in)voluntariedade: um problema não resolvido pelo “Pacote Anticrime” .....	89
2.2 Da desomologação do acordo de delação já homologado – (im)possibilidade? .....	99
2.3 A homologação do acordo de colaboração premiada como causa (i)legal de (pré)julgamento .....	102
2.4 A possibilidade da colaboração premiada unilateral .....	111
2.5 Da possibilidade de extensão dos prêmios da colaboração às ações de improbidade administrativa .....	121
2.6 A (im)possibilidade de impugnação de acordo de colaboração premiada por terceiros: uma breve distinção entre impugnação e direito ao confronto sob a ótica dos tribunais superiores .....	125
2.7. Os “delatados” falam por último: a problemática da apresentação de memoriais por delatores e delatados e a observância do direito ao confronto – apontamentos sobre a postura do Supremo Tribunal Federal no julgamento do agravo interposto na ordem de habeas corpus n.º 157.627 e a solução trazida pelo pacote anticrime .....	134
2.8 Os limites da defesa na colaboração premiada .....	148
2.9.1 A problemática da delação em relação aos delatados .....	149
2.9.2 Os limites da defesa do colaborador no processo penal negocial .....	152

2.8.2.1 Confissão de fatos ilícitos: a irresignação quanto à subsunção ministerial.....	154
2.8.2.2 Sobre a (in)questionabilidade das cláusulas contratuais: breves apontamentos a partir da teoria geral dos contratos .....	157
2.8.3 Conclusão .....	163
2.9 Colaboração premiada: uma tentativa de implantação do sinalagma contratual na justiça penal negocial por meio do “discovery” (conhecimento das provas/informações).....	164
2.9.1 Da ausência de regulamentação procedimental: superioridade hierárquica da parte estatal e a hipossuficiência do colaborador.....	164
2.9.2 A implantação do método do “discovery”, adotado nos acordos dos Estados Unidos da América, como meio de mitigação de prejuízos e efetivação da boa-fé objetiva nos pactos premiais .....	169
2.9.3 Considerações finais.....	174
2.10 Colaboração premiada e compartilhamento de provas: limites e vinculações.....	175
2.11 O “Pacote Anticrime” e seus impactos na colaboração premiada: síntese e primeiras impressões .....	181
Considerações Finais .....	193

## **Jurisprudência Seleccionada**

3. Jurisprudência Seleccionada.....	197
3.5 Jurisprudência seleccionada do Supremo Tribunal Federal .....	197
3.5.1 Cabimento de HC em face de decisão de Ministro do STF e colaboração premiada - 1.....	197
3.5.2 Cabimento de HC em face de decisão de Ministro do STF e colaboração premiada - 2.....	198

3.5.3 Cabimento de HC em face de decisão de Ministro do STF e colaboração premiada - 3 .....	199
3.5.4 Sigilo no acordo de colaboração premiada .....	201
3.5.5 Tema de repercussão geral 1.043 [ARE 1175650] – A utilização da colaboração premiada no âmbito civil.....	206
3.5.6 Legitimidade do delegado de polícia para conduzir acordos de colaboração premiada .....	215
3.5.7 A colaboração premiada como instrumento de obtenção de dados e subsídios informativos.....	234
3.5.8 Pedido de homologação de acordo de colaboração premiada...	251
3.5.9 Descumprimento de acordo de colaboração premiada.....	273
3.6 Jurisprudência selecionada do Superior Tribunal de Justiça .....	281
3.6.1 Colaborações premiadas firmadas na fase preliminar.....	281
3.6.2 Negativa de participação do acusado no interrogatório do corréu que o delata .....	290
Referências Bibliográficas .....	303

## **Anexos**

4. Anexos .....	321
4.5 Lei nº 12.850, De 2 de agosto de 2013 (redação anterior às modificações introduzidas pela lei n.º 13.964/2019, Intitulada de “pacote anticrime”). .....	321
4.6 Lei n.º 13.964/2019 - Pacote anticrime (dispositivos relacionados ao instituto da colaboração premiada) .....	332
4.7 Lei nº 9.807, De 13 de julho de 1999 .....	336